ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prefácio	XI XIII
Projeto de Lei de Mediação Obrigatória e a Busca da Pacificação Social	
- Ana Tereza Palhares Basílio e Joaquim de Paiva Muniz	1
1. Considerações iniciais	1
A mediação no direito comparado	4
2.1. A experiência argentina	4
2.2. Mediação nos Estados Unidos da América	5
2.3. Mediação na Europa Continental	6
3. Projeto de Lei sobre a mediação	7
3.1. Disposições gerais	7
3.2. Mediadores e co-mediadores	8
3.3. Mediação prévia	15
3.4. Mediação incidental	18
3.5. Audiência preliminar e alterações ao art. 331 do CPC	21
4. Conclusão	23
5. Bibliografia	23
Arbitragem – Estudo sobre a Resistência – Soluções	
- Antônio Carlos Esteves Torres	25
Tallollo Carlos Esteves Torres	20
O Direito Societário e a Arbitragem – Arnoldo Wald	41
O Procedimento Cautelar Pré-Arbitral da CCI – Carlos Augusto da Silveira Lobo	55
Solução de emergências imprevistas na execução de contratos	55
2. O Regulamento de Procedimento Cautelar Pré-Arbitral da CCI	56
3. A cláusula de Procedimento Cautelar Pré-Arbitral	57
4. Algumas disposições mais importantes do regulamento	58
4.1. Poderes do Terceiro Ordenador	58
4.2. Resumo do procedimento	59
5. Natureza jurídica da cláusula de Procedimento Cautelar Pré-Arbitral	60
6. Natureza jurídica da Determinação Cautelar	62
A Solução de Controvérsias no Setor de Óleo e Gás. A Tendência ao Uso de	
Meios menos Adversariais na Solução de tais Conflitos - Carlos César	
Borromeu de Andrade	65



Providências acautelatórias dos conflitos	66
2. Os contratos de petróleo e gás	67
2.1. Providências negociais genéricas para evitar os conflitos	68
3. Modalidades de dispute resolution techniques	69
4. Importância do Judiciário	73
A presença marcante da arbitragem	74
5.1. Arbitragem institucional ou arbitragem ad hoc	75
5.2. A cláusula arbitral	76
5.3. O procedimento arbitral: questões práticas	77
Força Obrigatória dos Contratos e Princípios do UNIDROIT Aplicados em	
Arbitragem – Carlos Eduardo Rangel de Menezes Côrtes	79
	70
1. Introdução	79
Breve histórico do princípio da força obrigatória dos contratos	83
 Cláusulas gerais do Código Civil sobre estado de perigo, lesão, boa-fé, 	0.5
função social do contrato e resolução por onerosidade excessiva	85
4. Princípios similares do UNIDROIT aplicados em arbitragem	91
5. Conclusão	97
6. Bibliografia	98
Clánada Campania fair Internatora Efeitora o Occatão Internacial	
Cláusula Compromissória: Interpretação, Efeitos e a Questão Intertemporal	101
- Carmen Tibúrcio e Luís Roberto Barroso.	101
1. Introdução	101
2. Nota preliminar: a regulamentação da cláusula compromissória no Direito	
brasileiro	102
 Interpretação contratual relativamente à forma de solução de controvérsias: 	
a importância da redação da clausula compromissória	109
4. A questão intertemporal. Aplicação da Lei nº 9.307/96 no tempo	114
 A incidência de outras normas a ensejar a execução específica da cláusula 	119
6. Conclusões	122
A Prática do STJ na Homologação de Sentenças Arbitrais Estrangeiras. Os Primei-	
ros Anos – Eduardo Damião Gonçalves	125
1. Introdução – Sentença estrangeira e sede da arbitragem	126
2. Histórico	129
3. A transferência de competência para o STJ	132
4. A jurisprudência do STJ	133
5. Conclusão e perspectivas	137
Considerações sobre a Mediação – Inez Balbino	139
O Instituto da Arbitragem no Âmbito da Recuperação Judicial – J. A. Penalva	
The state of the s	155
Santos.	155
1. Alguns pressupostos relativos à natureza jurídica da recuperação judicial	157



2. Disponibilidade	157
3. Disponibilidade e propriedade	158
4. Indisponibilidade na falência	158
 Indisponibilidade e a intervenção e a liquidação extrajudicial – sua 	
extensão	159
6. Consequências da indisponibilidade em relação às pessoas atingidas	161
7. Responsabilidade dos administradores (arts. 39/40)	161
8. A figura da disponibilidade no contrato estimatório	162
9. A disponibilidade e a recuperação judicial	164
10. Função da recuperação judicial	166
11. Funções do plano de recuperação judicial	167
12. Concurso do Poder Judiciário	167
13. Impugnação à sentença arbitral	168
14. Equivalência da sentença arbitral à sentença judicial	168
15. Meios utilizados pelo art. 50 da Lei de Recuperação para atingir o	
objetivo final visado pela recuperação judicial	170
Reconhecimento e Execução de Sentença Arbitral Estrangeira - J. E. Carreira	
Alvim	173
1. Considerações prévias	173
Reconhecimento e exequibilidade da sentença arbitral estrangeira	174
Conceito de sentença arbitral estrangeira	175
4. Homologação da sentença arbitral estrangeira	175
5. Procedimento homologatório da sentença arbitral	176
6. Requisitos da petição de homologação	177
7. Competência para a homologação	178
8. Decisões sujeitas à homologação – Tutelas de urgência	178
9. Denegação do pedido de homologação	179
9.1. Incapacidade das partes	179
9.2. Invalidade da convenção de arbitragem	180
9.3. Falta de notificação da designação do árbitro, ou do procedimento	100
arbitral, ou violação do contraditório	181
9.4. Sentença fora dos limites da convenção de arbitragem.	181
9.5. Irregularidade na instituição da arbitragem	182
9.6. Sentença não-obrigatória, anulada ou suspensa	183
Outras causas de denegação de homologação da sentença arbitral	183
11. Objeto de litígio não-suscetível de arbitragem	184
Ofensa à ordem pública e à soberania nacional – Isonomia entre nacionais	104
e estrangeiros.	184
13. Consequências dos vícios formais.	186
14. Execução da sentença arbitral estrangeira no Brasil	186
14. Execução da sentença aroltral estrangeira no Brasil. 15. Considerações finais.	187
13. Considerações iniais	10/
Notes askes a Research sent als Research sent under the delivery	
Notas sobre o Ressarcimento de Despesas com Honorários de Advogado em Procedimentos Arbitrais – Gustavo Tepedino e José Emílio Nunes Pinto	189
Procedimentos Arbitrais – Gustavo Tepedino e Jose Emilio Nunes Pinto	109



A Arbitragem e o Direito da Concorrência – José Gabriel Assis de Almeida	197
Introdução A aplicação do direito da concorrência em procedimento arbitral 2.1. Direitos indisponíveis e direito da concorrência 2.2. A relação que se estabelece entre as autoridades de defesa da concorrência e os mecanismos de proteção dos interesses individuais atingidos	197 199 201 204
3. As conseqüências da aplicação do direito da concorrência em uma arbitragem . 3.1. A aplicação obrigatória do direito da concorrência	207 208 210
4. Conclusão	212 212
Medidas Cautelares e de Antecipação de Tutela na Arbitragem – José Maria Rossani Garcez	213
Medidas cautelares durante a arbitragem e pré-arbitrais. Medidas de antecipação de tutela A doutrina internacional. A possibilidade de serem reconhecidas as sentenças parciais ou interlocutórias e as medidas cautelares como decisões arbitrais estrangeiras	214 223 225 227
Os Princípios do UNIDROIT na Prática Arbitral: Uma Análise de Casos (1994-2006) – Lauro Gama e Souza Jr.	231
 Introdução Os <i>Princípios</i> como único direito aplicável ao contrato (<i>lex contractus</i>). Indicação expressa das partes contratantes. Escolha tácita inferida pelos árbitros (v.g., escolha negativa, fórmula da <i>lex mercatoria</i>, princípios gerais 	232
do direito do comércio internacional). 3. Os <i>Principios</i> como direito aplicável ao contrato em caráter subsidiário. Indicação pelas partes (ou pelos árbitros) de um direito nacional. Colmatação de lacunas e ambigüidades do direito nacional aplicável. <i>Principios</i> como expressão dos "usos do comércio internacional". Legitimação inter-	237
nacional da solução alcançada através do direito nacional	247
5. Conclusão	259
Reflexões sobre os Deveres e Atribuições dos Árbitros – Luiz Fernando Teixeira Pinto.	261
1. Introdução 2. A figura do árbitro 3. Requisitos para o exercício da função de árbitro. 4. Processo de escolha dos árbitros 5. Número de árbitros	261 262 263 265 266
BDJur http://hdjur.stj.gov.br	

6. Deveres dos árbitros 7. Responsabilidade dos árbitros 8. Causas de incompetência, impedimento e suspeição 9. Recusa e escusa do árbitro. 10. Término do exercício da função de árbitro 11. Considerações finais 12. Bibliografia	268 272 273 275 276 277 277
Lex Mercatoria – Luiz Olavo Baptista	279
Arbitragem. Capacidade, Consenso e Intervenção de Terceiros: Uma Sobrevista – Pedro A. Baptista Martins.	291
Capacidade. Consenso Intervenção de terceiro no processo arbitral Bibliografia	291 293 302 306
A Lex Mercatoria e o Direito Brasileiro – Pedro Paulo Cristófaro	309
O conceito polêmico de <i>lex mercatoria</i> . A nova <i>lex mercatoria</i>	310
lex mercadoria. 3. O que está compreendido nas "regras internacionais de comércio" a que alude o § 2º do artigo 2º da Lei nº 9.307, de 1996. Princípios gerais, contratos e convenções internacionais, normas compiladas por entidades ligadas ao intercâmbio econômico internacional. 4. Jurisprudência Arbitral 5. Quando é legítimo aplicar a lex mercatoria 6. Bibliografia	313 316 320 323 327
Possibilidades e Limites à Aplicação da Arbitragem no Setor Elétrico - Rafaella Ferraz	329
1. Introdução 2. Evolução do instituto da arbitragem 3. A arbitragem no setor elétrico 3.1. Contratos de concessão 3.2. Programa emergencial de energia elétrica 3.3. Novo marco regulatório do setor elétrico 3.4. Parceria público-privada 4. Conclusão 5. Bibliografia	329 329 331 332 336 345 350 356 356
As Peculiaridades e os Efeitos Jurídicos da Cláusula Escalonada: Mediação ou Conciliação e Arbitragem – Selma Ferreira Lemes.	359
O Sistema Amigável de Solução de Disputas e as cláusulas escalonadas	360



A investidura do mediador ou conciliador e do árbitro	362
3. O precedente affaire de Taba	365
4. A redação da cláusula escalonada	366
5. Eficácia contratual da cláusula escalonada	368
6. Eficácia processual da cláusula escalonada	369
7. Jurisprudência	370
8. Conclusão	375
Juízo Arbitral e Juízo Comum: Solução de Conflitos – Sergio Bermudes	377
1. O problema	377
2. O juízo arbitral e o Poder Judiciário	377
3. Personalidade formal	378
4. Competência restrita do Judiciário	378
5. Atitudes possíveis	380
Questões Relevantes sobre a Onerosidade Excessiva e Arbitragem no Direito	
Brasileiro – Sidney Sanches	383
1. Introdução	383
Parâmetros da onerosidade excessiva	385
3. Relevância de beneficios indiretos para cálculo da onerosidade excessiva	388
4. Transcurso de tempo para determinação da onerosidade excessiva	389
Arbitragem como matéria de ordem pública	390
6. Conclusões	392

